

LINHA DA PESQUISA: TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, REDES E MÍDIAS SOCIAIS NO CONTEXTO POLICIAL MILITAR.

Gabriel Campos Rezende

Turma: HOTEL

VIDEOMONITORAMENTO E CÂMERA OPERACIONAL PORTÁTIL NA GESTÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA PELA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISE DA EFICÁCIA E ÉTICA

RESUMO

O trabalho em questão aborda o uso de videomonitoramento e câmeras operacionais remotas na gestão da segurança pública pela Polícia Militar do Estado de Goiás, com foco na análise da eficácia e ética dessas tecnologias. A introdução destaca a importância crescente das tecnologias de monitoramento na melhoria da segurança pública, ao mesmo tempo em que levanta questões éticas relacionadas à coleta de informações em espaços públicos e privados. O objetivo principal é investigar a visão dos militares sobre a relevância dessas ferramentas na abordagem de ocorrências criminosas, com objetivos específicos de analisar as tecnologias empregadas, entrevistar militares experientes e avaliar o equilíbrio entre os benefícios e preocupações éticas. A revisão da literatura discute o videomonitoramento urbano, suas estratégias de segurança, o impacto na eficiência policial e a evolução tecnológica dessas ferramentas. A metodologia proposta envolve pesquisa bibliográfica, análise documental e entrevistas semiestruturadas com policiais militares, com base em uma abordagem holística para compreender o tema de maneira abrangente.

Palavras-chave: Monitoramento Remoto. Videomonitoramento. Segurança Pública. Ética Militar.

ABSTRACT

The work in question addresses the use of video monitoring and remote operational cameras in the management of public security by the Military Police of the State of Goiás, with a focus on analyzing the effectiveness and ethics of these technologies. The introduction highlights the growing importance of monitoring technologies in improving public safety, while also raising ethical questions related to information collection in public and private spaces. The main objective is to investigate the military's view on the relevance of these tools in addressing criminal incidents, with specific objectives of analyzing the technologies used, interviewing experienced military personnel and evaluating the balance between benefits and ethical concerns. The literature review discusses urban video surveillance, its security strategies, the

impact on police efficiency and the technological evolution of these tools. The proposed methodology involves bibliographic research, document analysis and semi-structured interviews with military police officers, based on a holistic approach to understand the topic comprehensively.

Keywords: Remote Monitoring. Video monitoring. Public security. Military Ethics.

1 INTRODUÇÃO

A atualização de procedimentos nas operações policiais tem evoluído notavelmente em escala nacional, com tecnologias de monitoramento assumindo um papel central neste progresso. Estas ferramentas tecnológicas contribuem significativamente para a melhoria da segurança pública, oferecendo proteção tanto para os profissionais militares em ação quanto para a população em geral.

No entanto, debates emergem de várias escolas de pensamento em relação à integridade ética do uso dessas ferramentas pelo governo. Questões relacionadas à salvaguarda dos dados obtidos e à eficácia dos sistemas de videomonitoramento estabelecidos pela PMGO em variados contextos geográficos, bem como a aplicação de câmeras operacionais portáteis, tornam-se pertinentes. Assim, torna-se indispensável avaliar a eficácia do videomonitoramento como uma estratégia instrumental no combate à criminalidade e na preservação da ordem pública.

Nesse sentido, levanta-se a seguinte questão problema: será que os benefícios qualitativos e quantitativos provenientes do uso de tecnologias de videomonitoramento pelas forças militares superam as preocupações éticas associadas à coleta de informações em tempo real de espaços públicos e até privados?

Neste contexto, o propósito primordial desta pesquisa é sondar a visão dos militares em relação à relevância destes dispositivos de supervisão e controle, seja em ambientes urbanos, veículos ou uniformes, na abordagem proativa e reativa a ocorrências criminosas. Já como objetivos específicos, este estudo tem como meta reunir informações sobre as tecnologias empregadas por entidades militares no âmbito nacional, possibilitando uma análise aprofundada e comparativa das táticas empregadas pela PMGO. Além disso, pretende-se entrevistar militares experientes no domínio do videomonitoramento, visando entender tanto as suas perspectivas quanto os obstáculos que enfrentam.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 VIDEOMONITORAMENTO URBANO: ESTRATÉGIAS DE SEGURANÇA EM METRÓPOLES

Com o progresso tecnológico e o aumento populacional, bem como a evolução de atos criminosos de simples para complexos, observa-se uma crescente necessidade de monitoramento dos processos sociais. Esse fenômeno, evidente em condomínios, estabelecimentos comerciais, empresas, residências, transporte público e até em veículos pessoais, refere-se ao monitoramento remoto de situações diárias por meio de câmeras de vídeo, uma abordagem de segurança cada vez mais prevalente. Estas ferramentas, frequentemente, desempenham papéis cruciais nas iniciativas tanto públicas quanto privadas direcionadas à segurança.

É fundamental salientar que, mesmo sendo instrumentos tecnológicos projetados para capturar e transmitir imagens em tempo real a um centro de operações, é importante diferenciar videomonitoramento de cercamento eletrônico. Segundo o Termo de Cooperação – 2017, a Secretaria de Segurança Pública define videomonitoramento como um sistema que proporciona a visualização, registro e disseminação de imagens em tempo real, captadas por câmeras de vídeo, através do uso de *softwares* avançados. Por outro lado, cercamento eletrônico é um sistema que permite a coleta de dados por meio de câmeras de vigilância, empregando *softwares* inovadores, possibilitando uma resposta ágil do aparato estatal em situações que exijam intervenção de órgãos de segurança e fiscalização.

O monitoramento eletrônico tem se tornado cada vez mais prevalente nas sociedades modernas, algo tão enraizado na rotina diária que passa despercebido, monitorando e controlando atividades cotidianas. Como apontado por Detoni e Trindade (2022), a vida contemporânea está cada vez mais submetida a diversas formas de supervisão. Esta interação tornou-se tão intrínseca que as pessoas frequentemente deixam vestígios de seus atos e locais visitados.

Assim, este fenômeno não se restringe apenas à vigilância institucionalizada, como câmeras de segurança em locais públicos e prédios corporativos. Está presente também nos dispositivos pessoais, como *smartphones*, *smartwatches* e até mesmo eletrodomésticos conectados, os chamados dispositivos da Internet das Coisas (IoT).

O uso de câmeras para monitoramento tornou-se uma prática recorrente na vida das pessoas. Segundo um estudo de Rezende (2016), 92,1% dos participantes afirmaram que não sentiam serem observados pela presença de câmeras. Adicionalmente, o autor sublinha que o setor comercial se beneficiou com a instalação desses dispositivos, visto que o temor da

violência desencoraja a presença nas ruas, impactando negativamente o comércio e a procura por serviços.

Além disso, com a popularização e acessibilidade da tecnologia, muitos indivíduos optaram por instalar câmeras de segurança em suas residências. Tal comportamento não apenas reflete uma crescente preocupação com a segurança, mas também a confiança na tecnologia como um meio eficaz para garantir proteção.

2.2 O IMPACTO DO MONITORAMENTO REMOTO NA EFICIÊNCIA POLICIAL

Conforme apontado anteriormente, no contexto de vulnerabilidade e apreensão característico das metrópoles atuais, evidencia-se a imperatividade de as instâncias políticas de Segurança Pública empreenderem medidas para amenizar a situação atualmente ilustrada. Importa sublinhar as estratégias preventivas de combate à criminalidade, focadas em neutralizar o autor do delito, prevenir o ato criminoso e a sua subsequente reincidência. Entre as estratégias mencionadas, destaca-se a finalidade deste estudo que visa obstruir e dissuadir a conduta delituosa por meio dos sistemas de videomonitoramento presentes em áreas públicas e gerenciados por entidades de segurança local, numa colaboração interagencial com forças policiais (REZENDE, 2016).

Tais ações visam potencializar as iniciativas de captura de sujeitos delinquentes detectados pelas câmeras, e objetiva fortalecer o sentimento de segurança nas comunidades onde tais dispositivos estão implementados. Esta iniciativa correlaciona-se a outras táticas, como patrulhamento e visibilidade policial nas zonas urbanas.

A aplicação desta tecnologia não só proporciona confiança nas intervenções, mas também oferece um meio valioso de controle sobre zonas e ambientes com potencial risco de atividade criminosa. Devido à sua tecnologia avançada e facilidade de uso, tornou-se um instrumento essencial para auxiliar as operações da Polícia Militar. Entre suas várias aplicações, destaca-se a capacidade de identificar e monitorar indivíduos ou veículos em áreas densamente povoadas, com o monitoramento centralizado e instruções transmitidas a uma equipe de suporte, que em seguida realiza as intervenções necessárias, seja para prevenção ou até detenção em casos de crimes em progresso ou flagrantes.

A eficácia do videomonitoramento como ferramenta preventiva contra o crime tem sido debatida amplamente. Enquanto alguns estudiosos e gestores de segurança pública defendem que sua presença inibe a ação de criminosos, pela percepção de serem observados e, portanto,

mais propensos a serem capturados, outros alegam que esses sistemas apenas deslocam a criminalidade para áreas não monitoradas, sem, de fato, reduzir os índices de criminalidade.

A Brigada Militar, entidade encarregada da preservação da ordem e do policiamento ostensivo, tem o dever de promover ações de prevenção criminal e conservação da ordem pública, bem como liderar iniciativas de combate ao delito. Uma das principais táticas preventivas é a vigilância por videomonitoramento, que incute no delinquente a impressão de estar sob observação constante, afastando, por vezes, possíveis atitudes ilícitas.

Assim, a consciência de estar sendo observado instiga no sujeito um sentimento de coação, sugerindo possíveis represálias caso um crime seja perpetrado. Neste contexto, a percepção de estar sob vigilância fomenta no indivíduo uma noção de disciplina societal, em consonância com as transformações comportamentais e sociais em ambientes públicos (DETONI; TRINDADE, 2022).

Ademais, a evolução tecnológica e a crescente integração de sistemas inteligentes proporcionam um novo patamar para o videomonitoramento, facilitando o reconhecimento facial e a identificação de padrões de comportamento suspeito. Esse avanço amplia o escopo de ação das forças de segurança, permitindo uma resposta mais rápida e assertiva em situações de risco.

Na obra "Vigiar e Punir", Foucault (1987) evidencia que a prática disciplinar requer um mecanismo que imponha, através da observação, um sistema em que os métodos de observação induzam a resultados de autoridade e, reciprocamente, as ferramentas de coação tornem manifestamente observáveis os indivíduos a quem são direcionados.

De acordo com Foucault (1987), embora a polícia tenha sido formalmente estruturada como uma entidade estatal e estreitamente vinculada ao cerne da soberania política, ela manifesta um poder distinto. Os métodos empregados e os alvos dessa instituição são característicos. É uma entidade que deveria englobar toda a sociedade, não apenas pelas fronteiras extremas, mas também pelos minuciosos detalhes que supervisiona. Foucault (1987) acrescenta que, para manifestar tal autoridade, é imperativo que a polícia possua ferramentas que facilitem uma supervisão constante e abrangente, ainda que sutil e ubiquamente presente, garantindo a visibilidade daqueles submetidos à sua autoridade.

Portanto, deduz-se que a supervisão ideal é aquela que opera de forma contínua e imperceptível. Assim, entender a dinâmica criminal não se resume apenas a estabelecer uma conexão entre locais e atos violentos com intuito de impor medidas restritivas. É fundamental compreender os procedimentos inerentes para prevenir e antever essas ocorrências. A tarefa de prevenção deve ser uma iniciativa coletiva, com políticas e intervenções focadas nos elementos

que perturbam a ordem social, as interações humanas e que atendem às demandas fundamentais da sociedade, priorizando o conceito de cidadania, que é a base para determinar a "qualidade de vida urbana". O desenvolvimento urbano e os desafios da segurança pública levaram à introdução do monitoramento eletrônico por câmeras em locais públicos, uma técnica que visa oferecer uma sensação de segurança devido ao seu efeito preventivo e esclarecedor. Desse modo, a evolução de espaços planejados com base em sistemas eletrônicos de supervisão modifica drasticamente as noções de privacidade e anonimato.

Conforme descrito por Neto (2016), o oficial dispõe de informações detalhadas sobre uma ocorrência específica. A colocação estratégica das câmeras oferece ao operador do sistema uma visão privilegiada, complementada por recursos técnicos para mover a câmera e ampliar a imagem, permitindo uma avaliação mais precisa da situação ou do indivíduo sob vigilância. Isso melhora a qualidade das informações fornecidas ao policial responsável pela intervenção. A relevância desse recurso no dia a dia do Policial Militar é inquestionável, não só facilitando sua atuação, mas também garantindo precisão nas abordagens e fornecendo um registro visual incontestável. Além disso, o potencial estratégico dessa ferramenta é evidente, especialmente na tomada de decisões por gestores públicos ao decidir pela instalação de tais dispositivos em áreas que poderiam representar riscos aos oficiais, como em operações ostensivas.

Nesse contexto, Kanashiro (2007) ressalta que o principal propósito de muitas dessas câmeras não é apenas a punição, conforme expresso nas entrevistas com empresários, mas a prevenção. Enquanto a responsabilidade de punir recai sobre a polícia, a câmera se limita a registrar. Quando um crime ocorre e a situação é destacada, as imagens são utilizadas como evidência em um sistema jurídico prolongado, relacionando-se com instituições de detenção em situação de crise. No contexto legal, o registro da câmera ressalta a relevância do esquema privado de segurança e os benefícios das tecnologias empregadas nesse setor.

Assim, câmeras de videomonitoramento são empregadas principalmente para fins de prevenção primária, capturando imagens de delitos, acidentes e eventos diversos em vários momentos. Essas imagens podem atuar como evidências. Tais dispositivos são monitorados continuamente, 24 horas por dia. Além de possuírem tecnologia para armazenar dados, existe uma central de monitoramento onde um oficial treinado supervisiona rigorosamente as atividades capturadas por tais câmeras. Isso otimiza a eficiência e a velocidade de resposta dos policiais a eventos diários.

De acordo com Santos (2009), estas câmeras servem para auxiliar na observação e no registro de eventos, com o intuito de eliminar o anonimato do autor. Elas fornecem evidências para investigações policiais e podem ser solicitadas pelo poder judiciário. É fundamental que o

perfil do oficial de polícia esteja alinhado com os objetivos do videomonitoramento. Este profissional deve estar ciente de todos os aspectos que influenciam a qualidade do serviço, incluindo ações ostensivas em andamento, operações extraordinárias, disponibilidade de viaturas, rotas sugeridas para patrulhamento e outras informações estratégicas. Ao possuir tais dados, o encarregado da supervisão das imagens pode comunicar-se de maneira mais eficaz, facilitando a chegada rápida e informada das equipes de segurança aos locais de incidentes.

Com essas informações e uma compreensão clara da situação, o oficial responsável pelo atendimento pode mobilizar outras unidades para apoio ou para ações específicas, assegurando uma melhor proteção ao público. Câmeras de monitoramento podem ser eficazes contra delitos menores, como poluição sonora, infrações de trânsito e incidentes envolvendo pedestres. Seu uso é benéfico não apenas para a Polícia Militar, mas também para a Polícia Civil e agentes de trânsito. Elas fornecem uma perspectiva em tempo real dos eventos e dão ao oficial atendente informações valiosas, com imagens em tempo real.

3 METODOLOGIA

A pesquisa será conduzida com base em uma abordagem holística, integrando múltiplas metodologias para obter uma compreensão abrangente do tema. Inicialmente, será realizada uma pesquisa bibliográfica minuciosa, explorando literaturas, artigos e estudos previamente publicados para estabelecer um contexto teórico e histórico sobre videomonitoramento e segurança pública.

Tal fundamentação teórica servirá como base para a análise documental de relatórios e dados relacionados a incidentes criminais e respostas policiais, com o objetivo de discernir a influência do videomonitoramento nesses cenários. Em um esforço para adicionar perspectivas qualitativas, entrevistas semiestruturadas serão conduzidas com policiais militares, permitindo uma visão mais profunda das experiências e percepções no campo. Em todo esse processo, o método dedutivo será empregado, partindo das teorias gerais obtidas na pesquisa bibliográfica para chegar a conclusões específicas sobre a eficácia e implicações do videomonitoramento na prática policial.

4 RESULTADOS

Para o presente estudo, entrevistou-se um grupo de 15 membros da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO). As respostas ao questionário, que abordava o uso de

videomonitoramento e câmeras operacionais portáteis, indicaram percepções variadas e destacaram preocupações significativas entre os participantes.

A maioria dos policiais (60%) não vê o videomonitoramento e as câmeras operacionais portáteis como ferramentas eficazes na gestão da segurança pública pela PMGO, e um terço (33,3%) não tem certeza de sua eficácia. Quando questionados sobre a contribuição dessas tecnologias para a redução da criminalidade nas áreas monitoradas, a maioria (53,3%) também não acredita que haja uma contribuição significativa, enquanto apenas uma pequena parcela (26,7%) acredita que sim.

No que diz respeito às preocupações éticas, uma grande maioria (73,3%) dos policiais entrevistados acredita que o videomonitoramento e o uso de câmeras operacionais levantam questões éticas relacionadas à privacidade das pessoas. Quase metade (46,7%) considera importante garantir a ética na coleta de informações, e um adicional de 26,7% acredita que é muito importante.

A influência da presença de câmeras de videomonitoramento no comportamento das pessoas em espaços públicos é amplamente reconhecida, com 80% dos entrevistados afirmando que sim, há uma influência.

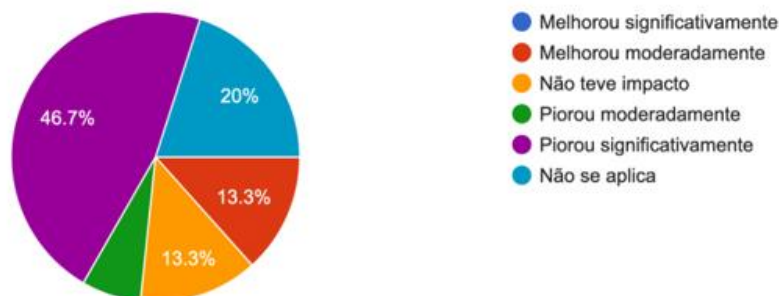
Quanto à expansão do videomonitoramento, uma maioria de 53,3% acredita que ele deve ser expandido para mais áreas da cidade, enquanto 13,3% pensam que as áreas críticas já estão suficientemente cobertas.

Um dado preocupante é que a grande maioria dos policiais (93,3%) não participou de treinamentos ou capacitações relacionados ao uso de videomonitoramento e câmeras operacionais, o que pode refletir na eficácia percebida dessas ferramentas.

Por fim, em relação ao impacto das câmeras operacionais portáteis no trabalho das equipes policiais em campo, as opiniões são divididas: enquanto 46,7% acreditam que o impacto piorou significativamente o trabalho, 13,3% relatam uma melhoria moderada e outros 13,3% não percebem nenhum impacto, conforme se pode depreender a partir da imagem a seguir:

Na sua experiência, como as câmeras operacionais portáteis têm impactado o trabalho das equipes policiais em campo?

15 responses



Fonte: feito pelo autor.

Esses resultados indicam que há uma clara necessidade de mais treinamento e educação sobre as tecnologias de videomonitoramento, bem como uma avaliação mais profunda sobre suas implicações éticas e eficácia na redução da criminalidade.

5 DISCUSSÃO

A discussão dos resultados obtidos neste estudo sobre o videomonitoramento urbano e estratégias de segurança em metrópoles revela uma complexa tessitura de percepções e eficácias. A implementação de sistemas de videomonitoramento em áreas urbanas é uma resposta às demandas por segurança em um contexto de crescente urbanização e complexidade criminal. No entanto, a eficácia desses sistemas em prevenir o crime e melhorar a segurança pública é um tema de debate contínuo entre os profissionais da área e acadêmicos.

A percepção de segurança que o videomonitoramento proporciona às comunidades pode ser um fator dissuasor significativo para a atividade criminosa, como sugerido por Rezende (2016). No entanto, os resultados das entrevistas com membros da Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO) indicam uma visão mais cética sobre a eficácia do videomonitoramento. A maioria dos policiais entrevistados não considera as câmeras operacionais portáteis e o videomonitoramento como ferramentas eficazes na gestão da segurança pública. Essa percepção pode ser influenciada pela falta de treinamento adequado, como indicado pela grande maioria dos entrevistados, que não participou de capacitações relacionadas ao uso dessas tecnologias.

A discussão sobre a eficácia do videomonitoramento também deve considerar as preocupações éticas levantadas, principalmente no que tange à privacidade. A maioria dos policiais entrevistados reconhece que o videomonitoramento levanta questões éticas significativas, um ponto que é corroborado pela literatura acadêmica e que ressoa com as preocupações de Foucault (1987) sobre a vigilância e o poder disciplinar.

Além disso, a crença de que o videomonitoramento influencia o comportamento das pessoas em espaços públicos é quase unânime entre os entrevistados, o que sugere que a presença de câmeras pode alterar a dinâmica social e a percepção de anonimato. Isso pode ter implicações tanto positivas quanto negativas, dependendo de como essas mudanças de comportamento são percebidas e gerenciadas pela comunidade e pelas autoridades.

A expansão do videomonitoramento para mais áreas da cidade é vista como necessária pela maioria dos entrevistados, o que indica uma crença na potencialidade dessa ferramenta de segurança. No entanto, essa expansão deve ser equilibrada com considerações sobre eficácia, treinamento adequado, e questões éticas.

A divisão de opiniões sobre o impacto das câmeras operacionais portáteis no trabalho das equipes policiais em campo destaca a necessidade de uma análise mais aprofundada. Enquanto alguns veem uma piora significativa, outros relatam melhorias ou nenhum impacto. Isso sugere que a integração da tecnologia nas práticas policiais pode ser inconsistente e que mais pesquisa é necessária para entender como otimizar o uso de videomonitoramento de maneira que apoie efetivamente o trabalho policial.

Em suma, a discussão aponta para a necessidade de uma abordagem mais holística e integrada ao videomonitoramento urbano, que considere não apenas a tecnologia em si, mas também o treinamento dos operadores, as implicações éticas e legais, e a interação com a comunidade. A eficácia do videomonitoramento como estratégia de segurança em metrópoles não pode ser avaliada isoladamente, mas deve ser considerada dentro de um ecossistema mais amplo de práticas de segurança pública, políticas e engajamento comunitário.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo sobre a aplicação do videomonitoramento e da câmera operacional portátil na gestão da segurança pública pela Polícia Militar do Estado de Goiás, emergem considerações fundamentais sobre a eficácia e a ética dessas tecnologias no contexto urbano contemporâneo. A análise realizada, ancorada em uma metodologia integradora e abrangente, revelou aspectos variados que afetam tanto a percepção quanto a efetividade desses sistemas na prática policial.

Primeiramente, é evidente que a tecnologia de videomonitoramento tem um papel significativo no cenário atual de segurança pública. A sua aplicação em áreas urbanas responde a uma necessidade crescente de vigilância em um ambiente caracterizado por uma complexidade criminal em ascensão. No entanto, os resultados obtidos indicam uma percepção mista quanto à sua eficácia, principalmente entre os membros da Polícia Militar do Estado de Goiás. Essa percepção pode estar atrelada à falta de treinamento adequado e à compreensão das capacidades e limitações dessas ferramentas.

Adicionalmente, as questões éticas relacionadas ao uso do videomonitoramento e câmeras operacionais portáteis, especialmente no que concerne à privacidade, são de suma importância. A preocupação dos policiais com a ética na coleta e uso das informações coletadas reflete um entendimento crescente de que a tecnologia de vigilância deve ser equilibrada com o respeito aos direitos individuais e à legislação vigente.

A influência do videomonitoramento no comportamento das pessoas e na dinâmica social dos espaços públicos também é um fator a ser considerado. A quase unanimidade dos policiais em reconhecer essa influência aponta para a necessidade de um entendimento mais profundo sobre como a presença de câmeras modifica interações e percepções em ambientes urbanos.

Por outro lado, a diversidade de opiniões sobre o impacto das câmeras operacionais portáteis no trabalho policial sugere que a efetividade dessa tecnologia é variável e dependente de múltiplos fatores, incluindo treinamento adequado, estratégias de implantação e integração com outras práticas de segurança.

A expansão do videomonitoramento, apoiada pela maioria dos entrevistados, deve ser considerada com cautela. É imprescindível que tal expansão seja acompanhada de uma avaliação contínua sobre a eficácia, a ética e o impacto social dessas tecnologias, garantindo que elas sejam implementadas de maneira que realmente beneficie a segurança pública e respeite os direitos dos cidadãos.

Conclui-se, portanto, que o videomonitoramento e o uso de câmeras operacionais portáteis são ferramentas potenciais na gestão da segurança pública, mas sua eficácia está diretamente atrelada a uma série de fatores que vão além da própria tecnologia. É necessário um investimento contínuo em treinamento, avaliação ética e legal, bem como uma abordagem ampla que considere o impacto dessas tecnologias na sociedade e na dinâmica urbana. O diálogo constante entre as forças de segurança, a comunidade e os especialistas em tecnologia é fundamental para assegurar que o videomonitoramento contribua efetivamente para uma sociedade mais segura e justa.

REFERÊNCIAS

DETONI, Maurício Paraboni; TRINDADE, Ailton César. **A influência do sistema de videomonitoramento e cercamento eletrônico na atividade de polícia ostensiva:** prevenção e repressão ao crime. *Pro Lege Vigilanda*, v. 1, n. 1, p. 21-45, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

KANASHIRO, Marta Mourão. **Sorria você está sendo filmado:** as câmeras de monitoramento para segurança de São Paulo. (Dissertação). São Paulo: Unicamp, 2006. Disponível em: http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Kanashiro,%20Marta%20Mour%C3%A3o%20-%20Sorria___-disserta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 23 set. 2023.

NETO, Alcides Dias Correa, **O sistema de videomonitorização como ferramenta de policiamento preventivo.** Disponível em: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/caes/artigos/Artigos%20pdf/Alcides%20Dias%20Correa%20Neto.pdf>. Acesso em: 24 set. 2023.

REZENDE, Amauri Gonçalves. **Segurança Pública:** a percepção de moradores, comerciantes e profissionais liberais sobre o sistema de videomonitoramento localizado na Avenida Champagnat no bairro Praia da Costa. Diss. brasil, 2016. Disponível em: <https://repositorio.uvv.br/handle/123456789/610>. Acesso em: 23 set. 2023.

SANTOS, Rafael Dal. **Cidade monitorada:** controle social e o processo de implementação de câmeras de monitoramento em Farroupilha - RS (2005_2008). Disponível em: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/18375/000728470.pdf>. Acesso em: 23 set. 2023.